



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

I – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Hospital de Campanha Y, gerido pelo Município X, estava se negando a oferecer atendimento laboratorial adequado às crianças que eram levadas ao local necessitando de tal serviço. O Hospital foi criado com o objetivo de atender pacientes com um novo tipo de vírus que gerou uma pandemia, denominado CS - 20. De acordo com as autoridades, não havia profissionais capacitados e medicamentos disponíveis em número suficiente para a disponibilização do respectivo serviço para o público em questão. A Associação Beta, constituída há 2 (dois) anos, cujo objetivo é a defesa do patrimônio social e, particularmente, do direito à saúde de todos, ficou inconformada com ocorrido e com o grande número de crianças que se encontra correndo risco de morte. Por isso, decidiu peticionar ao Secretário municipal de Saúde, exigindo que fossem tomadas as devidas providências de forma imediata para a regularização do serviço público de Saúde.

A resposta do Secretário foi a seguinte: “a situação da Saúde, de fato, se encontra problemática, mas a única solução é a comunidade ter paciência e saber esperar a disponibilização de repasse dos recursos públicos federais, pois a receita prevista no orçamento municipal não fora integralmente realizada”. Por fim, deixou expresso que, por tudo que foi dito, o atendimento laboratorial às crianças continuará suspenso.

Importante ressaltar que, obras públicas da área de lazer e embelezamento do bairro em que está localizado o Hospital de Campanha Y, realizadas exclusivamente com recursos públicos municipais, continuaram a ser realizadas.

A partir do que foi informado acima, na condição de advogado(a) contratado(a) pela Associação Beta, elabore a medida judicial cabível para o enfrentamento do problema, inclusive com dilação probatória e providências imediatas, visando o oferecimento de atendimento adequado para todas as crianças que procurem os serviços do Hospital de Campanha. (Valor: 5,00) Obs.: o examinando deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

A Empresa de colchões “Dormir Bem” ajuizou ação visando à anulação de penalidade que lhe havia sido imposta por órgão da Administração federal. Na ação foi alegado que a lei que prevê a sanção foi fruto de projeto que, após aprovado com alterações substanciais pela Casa legislativa revisora, teria seguido diretamente à sanção presidencial, sem antes retornar à Casa inicial, sendo por isso formalmente inconstitucional. Na primeira instância, a ação foi julgada procedente e o fundamento foi a inconstitucionalidade da lei que trouxe a previsão da penalidade. Entretanto houve a interposição de um recurso e, agora, o processo aguarda julgamento do órgão fracionário do Tribunal Regional Federal (TRF) respectivo. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que houve irregularidade no trâmite do processo legislativo? (0,40)
- b) Caso houvesse irregularidade no trâmite do processo legislativo, é possível afirmar que não compete aos órgãos judiciais declarar em caráter incidental a inconstitucionalidade formal da lei, o que somente se admite em sede de controle concentrado, exercido por meio de ação direta de competência originária do STF? (0,85)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Um projeto de lei ordinária foi proposto por determinado deputado distrital com o seguinte objetivo: autorizar a entrada e a permanência de cães-guia, utilizados por deficientes visuais, em ônibus e em outros espaços públicos e privados do Distrito Federal. Com base no projeto, para exercer o direito, o deficiente deve apresentar o atestado de sanidade do animal, o comprovante de registro do cadastramento e adestramento do cão, emitido por associação responsável, e o comprovante pessoal de treinamento do usuário. Diante do projeto de lei, o Presidente da República resolveu ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI.

- a) É cabível a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nesse caso? (0,60)
- b) Em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), é cabível a propositura de medida cautelar perante o Supremo Tribunal Federal? Quais seriam os efeitos da decisão do STF no âmbito dessa medida cautelar? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A Presidente da República Maria, em um evento familiar, inicia uma conversa com as irmãs e primas acerca do divórcio do tio Fernando. O problema é que a discussão ganhou contornos além do esperado, tendo a Presidente agredido uma prima física e moralmente. Com o descontrole da situação, a Presidente chegou inclusive a tentar esfaquear a prima, mas por sorte os parentes conseguiram separar a briga.

Após dois dias, abalada com o grave fato e preocupada com as repercussões políticas em razão de sua condição de chefe do Poder Executivo Federal, a Presidente Maria consulta você na qualidade de advogado da família. À luz da sistemática constitucional, responda aos itens a seguir.

- a) A Presidente poderá ser responsabilizada no curso do seu mandato? Justifique (0,40)
- b) Qual o preceito constitucional que rege a matéria? (0,40) Há impacto do ponto de vista processual no exame da questão? Em caso positivo, qual seria? Justifique (0,45)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Daniel, servidor autárquico federal, deseja concorrer ao cargo de vereador no Município X, local onde reside há mais de 20 anos e possui excelente relacionamento com a população. Preocupado acerca da possibilidade de concorrer ao mandato eletivo sem prejudicar suas funções na autarquia, procura advogado com a finalidade de sanar suas dúvidas. Na condição de advogado, responda ao questionamento abaixo.

- a) Caso Daniel venha a ser eleito Vereador de seu município, poderá permanecer recebendo as vantagens de seu cargo cumulativamente com remuneração do mandato eletivo? Justifique. (Valor: 0,60)
- b) Caso seja exigido o seu afastamento do cargo público, seu tempo de serviço será contado? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

